

6. Houve Templários em Mafra, durante a Idade Média? – Considerações a propósito das cruzes distintivas das Ordens do Templo e de Cristo

Manuel J. Gandra

I

Muitos autores consideram a ocorrência de uma cruz pátea prova inequívoca da presença templária.

É, por exemplo, o caso do mafrense Guilherme Santos Ferreira (1849-1931) ¹, geralmente observador assaz atento de tudo quanto concerne à heráldica e às signas nobiliárquicas.

Com efeito, pode ler-se num dos diversos artigos que publicou no jornal *O Correio de Mafra*:

“Uma das cláusulas do foral do bispo de Silves [1189] estabelecia que “da atalaia da vila devia o bispo *ter* metade, e metade os cavaleiros com seus corpos”, o que na linguagem daquele tempo significava que o bispo pagaria, durante seis meses em cada ano, o serviço militar das fortificações, e os *cavaleiros* teriam esse serviço, por obrigação, própria, nos seis meses restantes. [...].

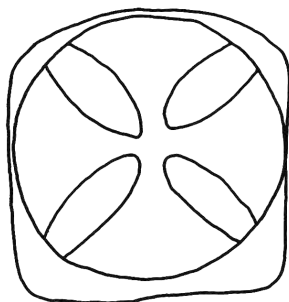
Quem eram esses cavaleiros, ou antes, a que ordem militar pertenciam? À do Hospital, ou à do Templo? [...]. Demonstrado, porém, que a doação à Ordem de Évora só teve lugar em 1193, parece-nos interessante averiguar, agora, quem seriam aqueles cavaleiros. [...]. [...] Como o autor da *Memória* [Estácio da Veiga] apresenta uma cruz da Ordem do Templo que existe em Mafra e é, a par de outros, um vestígio seguro da permanência desta cavalaria tanto aqui como nos territórios circunvizinhos. Copiamos, textualmente, da página 67: *No cunhal da janela de um quintal fronteiro à Igreja, que pertenceu a um antigo cura, vê-se uma lâmina de calcário, contendo muito bem esculpida a cruz de Cristo e tão*

¹ Sobre Guilherme dos Santos Ferreira, ver do subscritor a nota biográfica que antecede *O Major Santos Ferreira e a sua tese sobre a nacionalidade portuguesa de Cristóbal Colón*, in *Boletim Cultural* '92, p. 125-127.

engenhosamente, que ao mesmo tempo figura o seu relevo sobre a chamada cruz de Santo André. [...]. O que se lhe afigurou cruz de Santo André e apenas o espaço vazio que é apenas o que medeia entre os braços da cruz do Templo.

A cruz do cunhal da janela é a cruz orbicular dos templários, perfeitamente igual à que se vê na torre de menagem do castelo de Almourol, construído pelo mestre D. Gualdim Pais, cuja autenticidade não pode ser posta em dúvida. [...].

Em São João das Covas [freguesia da Igreja Nova] encontrou o autor da *Memória* outra cruz, que representou na gravura da página 22. Como não viu também neste padrão, a *engenhosa* representação do martírio de Santo André, quando o seu desenho é idêntico ao da cruz da janela do quintal do Sequeira? [...].



Uma outra cruz dos templários conhecemos em Mafra. Acha-se esculpida numa pedra que está hoje em poder do Exmo. Sr. F. de Carvalho Brito Gorjão. Forma, com as duas anteriormente referidas, prova bastante da presença dos templários nesta vila e arredores.

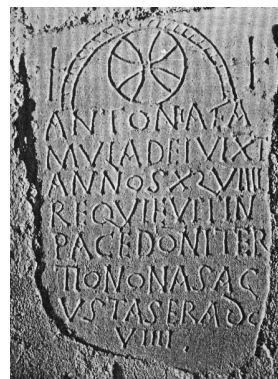
Essa presença foi anterior à doação do castelo à Ordem de Évora; pois não é presumível que D. Sancho II, ou D. Afonso III, desapossassem do castelo os freires da Ordem portuguesa, para o entregarem aos templários.

[...]. É muito provável que o estabelecimento dos templários, em Mafra e seu termo, date da tomada do castelo aos mouros, em 1147, e que permanecessem aqui até ser organizada a investida a Silves, em 1189².

À semelhança de todos quantos assim pensam, Santos Ferreira equivocou-se, porquanto essa cruz não prova absolutamente nada do que pretendem, pois já estava em uso muitos séculos antes de os templários a terem adoptado, em 1146.

De facto, a cruz pátea, também chamada *orbicular* (Garrett), *espalmada de braços concâvos* (Félix Alves Pereira) e de *braços curvilíneos* (Abel Viana), tem origem oriental, devendo-se a sua difusão à propagação do cristianismo ao Império bizantino, bem como ao Médio-Oriente e Egipto, onde ganhou expressão o cristianismo dito sírio, caldaico ou copta. Símbolo do reino da Arménia, acabaria por chegar à China e à Mongólia, por intermédio dos missionários nestorianos.

Entre diversos outros casos rastreáveis no actual território nacional, podem apontar-se: o epitáfio com *circulus in quo crux* do Museu Nacional de Arqueologia (onde é possível observar o ponto que serviu de apoio ao compasso utilizado para desenhá-la)³; os epitáfios de *Cyprianus* (25 de Agosto de 537) e de *Antónia* (3 de Agosto de 571), ambos de Mértola⁴; as cabeceiras discóides do cemitério paleocristão de S. Miguel de Odrinhas (Sintra)⁵; algumas pilastras *visigóticas* de Sines⁶, etc.



² Cf. *Doações e Donatários*, in *O Correio de Mafra*, n. 238 (27 Ago. 1903).

³ Cf. Maria Manuela Alves Dias, *Três fragmentos de inscrições paleocristãs*, p. 314.

⁴ Cf. *Ficheiro Epigráfico*.

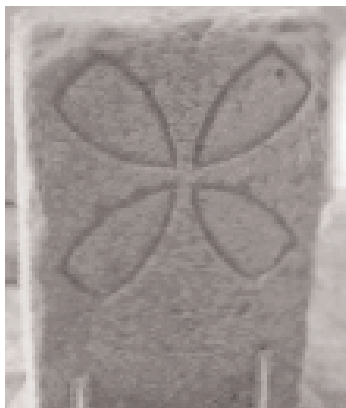
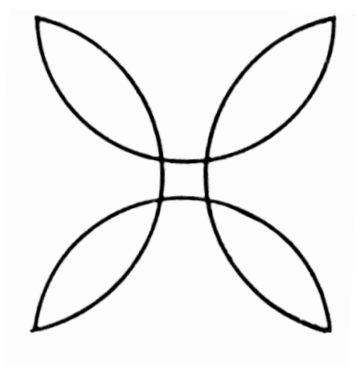
⁵ Félix Alves Pereira, *Por caminhos da Ericeira*, in *O Archeologo Portuguez*, v. 19 (1914), p. 324-362.

⁶ D. Fernando de Almeida, *Sines Visigótica*, in *Arquivo de Beja*, v. 25-27 (1968-70), p. 17-19.

De resto, continuaria a ser utilizada posteriormente em situações absolutamente alheias à actividade da Ordem do Templo (no adro de S. Francisco de Ponte de Sor, de acordo com frei Bernardo da Costa) e, inclusivamente, após a sua suspensão canónica (1311).

Outra afirmação que igualmente carece de fundamento é aquela que classifica como templário um baixo-relevo cruciforme representando o espaço vazado entre os braços da cruz orbicular.

Tal como no caso anterior, encontra-se atestada a sua ocorrência já em contextos paleocristãos (a título de exemplo, recorde a inscrição funerária do presbítero *Possidonius* de Mértola, datada de 21 de Agosto de 512)⁷, tendo, quase certamente, desempenhado função profilática contra as bruxas, tal como ainda hoje acontece na Galiza e na Catalunha.



⁷ Cf. *Ficheiro Epigráfico*.

Creio que, deste modo, ficarão definitivamente encerradas as especulações em torno da alegada posse pelo Templo de propriedades ou localidades, suscitadas pelos inúmeros espécimes dos aludidos cruciformes anteriores e posteriores à vigência desta Ordem, ainda subsistentes em igrejas (cruzes de fundação e vias-sacras) e em cabeceiras de sepultura.

II

No que respeita à cruz concedida aos cavaleiros de Cristo, uma das mais antigas, porventura a mais remota das suas representações conhecidas, patente num emprazamento realizado (1322) pelo mestre frei João Lourenço, torna inviável a tese que a considera adaptação da dos templários, resultante da mera eliminação dos arcos convexos das suas extremidades⁸.

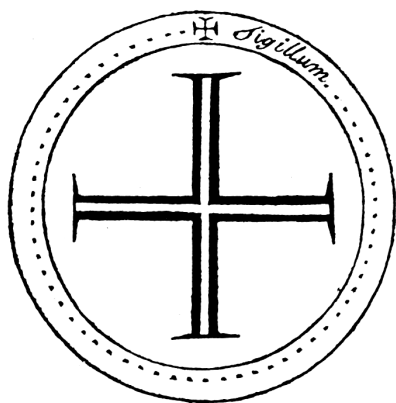
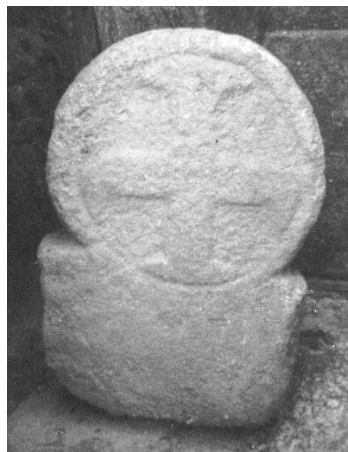


O assunto é tal modo obscuro, que até Leite de Vasconcelos atribuiu a cruz pátea à Ordem de Cristo, ao descrever estelas discóides do Museu Nacional de Arqueologia e do Museu de Beja⁹.

⁸ Manuel J. Gandra, *A Cruz da Ordem do Templo e as insígnias da Ordem Templária de Portugal*, in *Cadernos da Tradição*, n. 1 (Solstício de Verão, 2000), p. 71-85.

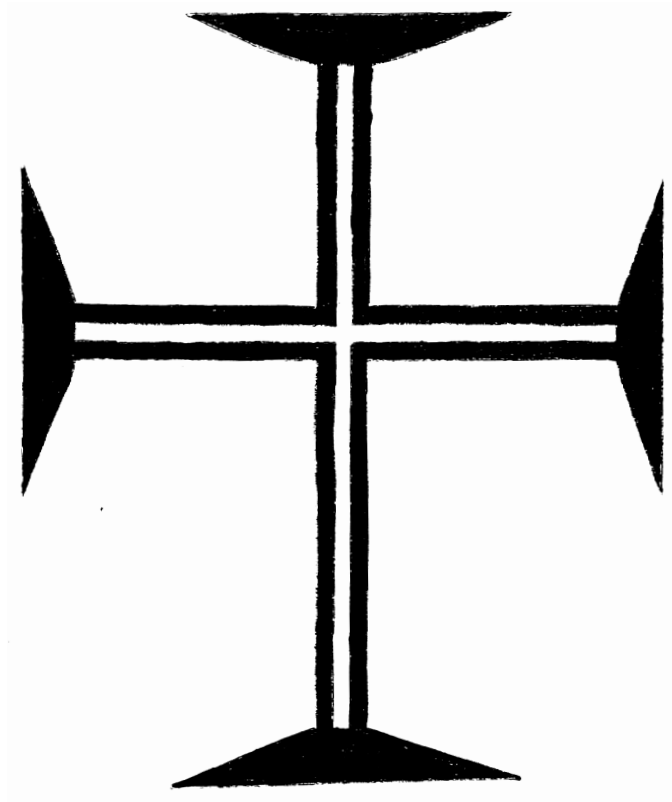
⁹ Joaquim Leite de Vasconcelos, *Cabeceiras de sepulturas christãs*, in *O Arqueólogo Português*, v. 1, n. 10 (Out. 1895), p. 280.

É mesmo provável que o futuro distintivo da Ordem de Cristo, embora sem a cruzeta branca, estivesse já difundida como insígnia de certos dignatários franceses da Ordem do Templo¹⁰, bem como de um português, frei Estêvão de Belmonte, Grão-mestre do Templo nos três Reinos¹¹, antes de surgir insculpida em discóides de Tomar e Nisa.



¹⁰ In *Atlantis*, a. 36, n. 217 (Mai.-Jun. 1963), extra-texto entre p. 334 e 335.

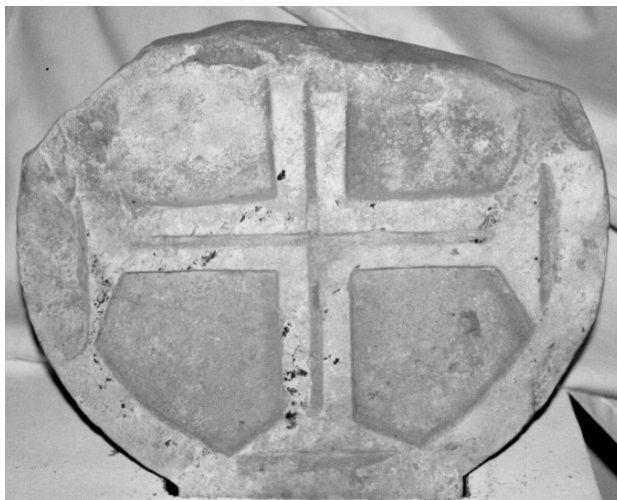
¹¹ Trata-se de um selo pendente, preso por tiras de cabedal [ANTT: gaveta VII, maço 6, n. 8]. Cf. D. Luís Gonzaga de Lancastre e Távora, *Um selo medieval português da Ordem do Templo*, in *Revista da Associação dos Cavaleiros Templários de Portugal*, n. 0 (Mai. 1981), p. 5-6 e *O Estudo da Sigilografia Portuguesa*, Lisboa, 1983, p. 162, n. 129.



Não creio, portanto, plausível qualquer das soluções evolutivas propostas, nem sequer a pretensão de lhe ter descoberto a forma definitiva - segundo Manuel Luciano da Silva, "a partir de 1460"¹² -, o que, de facto, só haveria de suceder, durante o capítulo que reuniu em Tomar no ano de 1619 (16 a 18 Outubro), com a sua transformação em cruz latina (braço inferior alongado), uma vez que algumas das variantes documentadas da sua forma grega (quatro braços iguais) ora surgem concomitantemente, ora numa sequência aleatória e recorrente, em moedas de ouro, prata e cobre de D. Manuel, D. João III, D. Sebastião,

¹² Manuel Luciano da Silva, *Os Pioneiros Portugueses e a Pedra de Dighton*, Porto, 1974, p. 108-118.

D. Henrique e Governadores do Reino¹³, em retratos, na cartografia¹⁴, na ourivesaria¹⁵, em edifícios (enquanto nas rosáceas da Torre de Belém, de cerca de 1520, a cruz é grega, já nos escudos-ameias o braço inferior é maior que qualquer um dos três restantes!)¹⁶.



Porém, as dificuldades tornar-se-ão ainda mais sensíveis se para estabelecer tal genealogia se optar por recorrer exclusivamente às raras estelas sepulcrais ostentando a cruz de Cristo, nas quais, segundo tese de J. M. Cordeiro de Sousa que perfilho, figura “como emblema cristão e não

¹³ Raúl da Costa Couvreur, *A Cruz de Cristo na moeda portuguesa e em particular a da Ordem de Cristo*, in *Anais da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo*, v. 1, t. 1 (Fev. 1943), p. 209-219 e *A Cruz da Ordem de Cristo em moeda estrangeira, ibidem*, v. 2 (Out. 1943), p. 4-7.

¹⁴ A cartografia portuguesa ostenta bandeiras da Ordem de Cristo pelo menos desde a carta de Pedro Reinel, de 1500. Invariavelmente, a cruz da Milícia ocorre assente em gironados de azul e branco ou ouro e verde, com os quais se combinam, algumas vezes, as armas do Reino que se lhe sobrepõem em escudo ou em bandeira: mapa de Pedro Fernandes de 1525 (bandeira com quina sobreposta à cruz de Cristo, sobre fundo gironado); mapa de autor anónimo de 1630 (Monomotapa); mapa de João Teixeira Albernaz de cerca de 1640 (Índia), etc. Numa carta anónima, de cerca de 1550, junto à costa da China, observa-se uma bandeira na qual surgem conjugados o escudo de Portugal, a cruz de Cristo e a esfera armilar.

¹⁵ Martim de Albuquerque, *Uma Grande Jóia: S. Miguel Cavaleiro de Cristo (Ideologia e Arte)*, in *Oceanos*, n. 21 (Jan.-Mar. 1995), p. 112-117.

¹⁶ Ver Luís Chaves, *A expansão da Cruz de Cristo em Portugal e no Mundo*, in *Anais da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo*, v. 2 (Dez. 1948), p. 169-172.

como distintivo de qualquer Ordem monástica”¹⁷. Dessas conheço, ao todo, apenas sete genuínas cruzes de Cristo¹⁸: duas de Tomar, outras tantas de Ulme (igreja Santa Marta)¹⁹, uma de Torres Vedras (adro da igreja de S. Pedro)²⁰, outra no Museu do Carmo (proveniente do adro da igreja de S. Pedro de Dois Portos, Torres Vedras)²¹ e, finalmente, uma no Museu Municipal de Mafra, presumivelmente oriunda do adro da igreja de Santo André da mesma vila²².



¹⁷ J. M. Cordeiro de Sousa, *A Cruz de Cristo nas cabeceiras de sepultura*, in *Anais da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo*, v. 1, t. 1 (Jun. 1943), p. 226-227.

¹⁸ José Beza Moreira contabiliza um número superior, algumas das quais, no entanto, por si arbitrariamente identificadas como cruzes de Cristo. Cf. *Typologie des stèles discoïdales du Portugal*, in *Actes du Colloque Internationale sur la Stèle Discoïdale*, Bayonne, 1982, p. 319-345, n. 73-83 e *Tipologia das estelas rectangulares portuguesas*, in *Cuadernos de Etnología y Etnografía de Navarra*, a. 27, n. 66 (Jul.-Dez. 1995), p. 265-303, n. 53-56.

¹⁹ Jaime Jorge Marques, *Estelas funerárias da vila de Ulme – Chamusca*, Chamusca, 1985.

²⁰ José Beza Moreira, *Cabeceiras de sepultura do Museu de Torres Vedras*, Torres Vedras, 1982.

²¹ J. M. Cordeiro de Sousa, Comunicação feita pelo sócio titular [...] à Secção de Arqueologia Histórica na sessão de 9 de Novembro de 1926 acerca de uma estela discóide oferecida ao Museu, in *Arqueologia e História*, v. 5 (Lisboa, 1928), p. 3-4 e *A Cruz de Cristo nas cabeceiras de sepultura*, in *Anais da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo*, v. 1, t. 1 (Jun. 1943), p. 226-227. Ver também José Beza Moreira, *ob. cit.* Trata-se de discóide correspondente à sepultura de Maria Domingues, cujo nome se acha insculpido na face oposta.

²² Manuel J. Gandra, *Cabeceiras de sepultura*, in *Da Vida, da Morte e do Além: aspectos do Sagrado na região de Mafra*, Mafra, 1996, p. 106-109 e 184.